

3

Turquia: globalização, integração regional e mudança doméstica

3.1.

Introdução

A República da Turquia sucedeu o Império Otomano, que entrou em colapso com a entrada na Primeira Guerra Mundial ao lado da Alemanha. A Guerra da Independência se seguiu ao fim da Grande Guerra, liderada pelo General Mustafa Kemal Atatürk, que derrotou as forças Aliadas ocupantes do território e, finalmente, dissolveu a dinastia Otomana. A República da Turquia, nacionalista e secular, foi estabelecida em 1923, tendo o General Mustafa Kemal como primeiro presidente. Este iniciou um programa de reformas modernizadoras que fizeram a Turquia abandonar grande parte de seu legado Otomano e Islâmico. A República adotou como novos princípios a secularização, o controle estatal da economia e a criação de uma nova consciência nacional.

O Estado turco moderno é caracterizado por uma grande diversidade étnica e religiosa; de modo a eliminar os efeitos negativos da diversidade, o Estado emergente foi designado como um forte Estado unitário centralizado. O governo de partido único perdurou até 1946, quando foi introduzida uma democracia multipartidária. Todavia, a primeira mudança pacífica de governo ocorreu apenas em 1950, com as primeiras eleições livres. Desde então, eleições livres têm ocorrido em intervalos regulares, exceto nos três momentos de intervenção militar, em 1960, 1971 e 1980, marcados pela suspensão dos princípios democráticos. Somente em 1989 chegou ao poder o primeiro presidente civil, mas a Turquia nunca teve uma constituição puramente civil.

Trata-se de um regime que, historicamente, mescla democracia liberal e militarismo nacionalista: as intervenções militares centralizavam a política, reagindo à ascensão de partidos que ameaçavam o secularismo, e o espaço político era posteriormente reorganizado no jogo democrático. O conflito entre secularistas e islamistas se acirra na atualidade. Sob a presente estrutura, o poder

legislativo, uma Assembléia Nacional unicameral, elege o presidente para um mandato de sete anos. Por sua vez, o primeiro ministro, que comanda o governo, é apontado pelo presidente e geralmente lidera o partido majoritário na Assembléia. O Poder Judiciário é exercido por cortes independentes e órgãos judiciários supremos, sob a divisão em judiciário administrativo, legal e especial¹.

No que tange à política externa, um grande objetivo da República da Turquia, ao longo de sua existência, tem sido conquistar seu lugar no mundo ocidental. Em 1949, a Turquia ingressou no Conselho da Europa e, em 1952, na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)². Candidatou-se à Comunidade Econômica Européia (CEE) em 1959³. A resposta da CEE a esta primeira candidatura foi propor a criação de uma associação com a Turquia, o que levou à assinatura do Acordo de Associação de Ankara (em inglês, *Ankara Association Agreement*) em 1963. Este acordo contemplava o progressivo estabelecimento de uma união aduaneira que aproximaria os dois lados em questões econômicas e comerciais.

3.2. A reestruturação neoliberal na Turquia

O processo de reestruturação neoliberal na Turquia teve início nos anos 1980, com a liberalização da economia. Desde então, os governos têm derrubado barreiras ao investimento estrangeiro e se esforçado para propiciar um ambiente atraente para os negócios. Na trilha de tendências globais, houve um processo de deslocamento parcial do locus de poder institucional, do nacional em direção ao regional e ao global, com base em uma divisão de trabalho entre a UE e o FMI na determinação das políticas nacionais.

O Estado se candidatou a membro pleno da CEE em 1987 e, em 1990, o Conselho Europeu confirmou a elegibilidade do país, porém deferiu a resposta, condicionando-a a uma análise mais profunda⁴. A virada neoliberal se deu em

¹ A Corte Constitucional, a Suprema Corte de Apelações, o Conselho de Estado (Suprema Corte Administrativa), a Suprema Corte Militar de Apelações, a Suprema Corte Militar Administrativa, a Corte de Conflitos Jurisdicionais são as cortes supremas mencionadas na Constituição.

² O Conselho da Europa tem como objetivo a deliberação e a cooperação nas áreas da cultura, direitos humanos e democratização. Não é uma instituição da UE.

³ A CEE foi fundada em 1958, com o objetivo de criar uma união aduaneira e um mercado comum.

⁴ Conselho Europeu: cúpulas regulares de chefes de Estado e de governo, que definem a agenda ampla da UE; fórum de última instância para a busca de acordo sobre questões controversas.

1989, quando o governo decidiu abrir as contas de capital completamente – a conversibilidade plena significou que o país ficou totalmente exposto às forças da globalização financeira. A consequência da decisão foi que a performance econômica da Turquia tornou-se fortemente dependente de fluxos de capital altamente volátil e de curto prazo (Öniş e Bakir, 2005). Os resultados de tal dinâmica se mostraram em grande medida negativos ao longo da década de 1990. A economia turca não estaria adequadamente preparada para a liberalização total da conta de capital, dada a profundidade dos desequilíbrios macroeconômicos e políticos domésticos e a fraca regulação do sistema financeiro (Öniş e Bakir, 2005). O resultado foi um padrão altamente frágil e desequilibrado de crescimento econômico impulsionado pelo influxo de capital especulativo. Esse ambiente era bastante propício a crises financeiras e, de fato, a Turquia experimentou três crises financeiras consecutivas em menos de uma década.

A primeira crise financeira ocorreu em 1994. No ano seguinte, foi estabelecida a União Aduaneira (UA) com a União Européia, o que contribuiu significativamente para o desenvolvimento das relações comerciais entre a Turquia e o bloco⁵. A UA contribuiu para acelerar e completar o processo de liberalização do comércio, mas não foi em si um instrumento suficientemente poderoso para reverter as consequências negativas da exposição da Turquia à globalização financeira (Öniş e Bakir, 2005). Durante os anos 1990, o sistema político caracterizou-se por governos sucessivos de fraca coalizão e partidos políticos dominados por líderes cujo objetivo primordial era distribuir recursos de clientelismo. A estrutura econômica caracterizava-se, então pelo rentismo e pela corrupção (Öniş e Bakir, 2005). Saliente-se que o combate ao terrorismo do PKK também drenava recursos fiscais. Em consequência da reestruturação neoliberal, a economia turca tornou-se uma exportadora de bens manufaturados. Ao mesmo tempo, períodos de expansionismo fiscal, crises de balanço de pagamentos e encontros subsequentes com o FMI foram bastante frequentes e tornaram-se mais comuns no pós-1990 (Öniş e Bakir, 2005).

Paralelamente, o status da Turquia em relação à UE era definido em termos vagos. O país não era mencionado como um Estado candidato, nem associado,

⁵ A União Européia foi estabelecida com este nome pelo Tratado da União Européia (Tratado de Maastricht) em 1992.

embora esse fosse seu status desde 1987 (Lundgren, 2006)⁶. Apenas no Conselho Europeu de Luxemburgo, em dezembro de 1997, as ambições ao status de membro foram explicitamente declaradas, mas a Turquia permaneceu excluída da lista oficial de candidatos e só esteve presente às margens dos planos gerais de alargamento. O país foi oficialmente reconhecido como candidato a membro pleno da UE apenas no Conselho Europeu de Helsinque, de dezembro de 1999. No mesmo mês, assinou um acordo de *stand-by* com o FMI, que envolveu uma combinação de medidas visando ao ajuste fiscal e a reformas estruturais de médio prazo. A UE emergiu como uma âncora muito mais forte para a reforma uma vez que um conjunto de incentivos mais convincente foi dado aos reformadores da economia e da democracia (Öniş e Bakir, 2005). Todavia, novas crises irromperam em novembro de 2000 e em fevereiro de 2001. Estas “crises gêmeas” basicamente foram consequência do mau-funcionamento e da baixa regulação dos componentes privados e públicos do sistema bancário (Öniş e Bakir, 2005). A Turquia havia experimentado grandes crises no passado, de forma intermitente. Muito mais frequentes na era da globalização financeira, as crises tiveram consequências custosas em termos de produção, emprego e distribuição de renda.

No mesmo período, foram editadas emendas constitucionais e novas leis (em 1999 e 2001) confirmando a aceitação da arbitragem internacional para dirimir controvérsias acerca de investimentos estrangeiros. Note-se que a Turquia já havia adotado a arbitragem internacional para resolver controvérsias sobre investimentos quando da ratificação da Convenção de Washington, que ganhou eficácia em 1988 (Çoban, 2002). Estas medidas, dentre outras, significavam que o Estado removia de sua esfera de regulação interferências que comprometessem a eficiência do mercado. Afinal, a arbitragem é, “em grande medida, a privatização do sistema de justiça” (Çoban, 2002:218).

Com a crise de 2001, diminuiu a resistência à reforma e aumentou o poder de atores externos centrais como o FMI, a UE e o Banco Mundial na aceleração do processo reformista. No mesmo ano, elaborou-se uma estratégia pré-adesão. A reestruturação foi um processo imposto de cima para baixo, promovida por atores

⁶ Com base na análise das declarações da UE, Lundgren (2006) destaca que, antes de 1997, o país nunca era mencionado dentro do contexto do alargamento, mas inserido no contexto da política mediterrânea da UE, ou referido como um país vizinho (como a Rússia e a Ucrânia) – a única ambição mencionada era concluir a União Aduaneira.

políticos transnacionais – tecnocratas com experiência nos quadros das instituições de Bretton Woods. Houve não só mudança nos poderes do FMI sobre o governo, como também nos poderes e na autonomia do time de tecnocratas que trabalhava em estreita cooperação com o FMI e o Banco Mundial (Öniş e Bakir, 2005). Aqui se evidencia um elemento da globalização neoliberal, a “governança”: a governança por especialistas a impor as regras do mercado.

Antes, a UE tinha o foco mais voltado para as condicionalidades políticas do processo de reforma: direitos civis e humanos, especialmente. As reformas econômicas não eram uma preocupação imediata da UE, apesar de serem componentes dos critérios de Copenhagen; isto porque seus requisitos estavam em conformidade com o programa do FMI (Öniş, 2003). Havia implicitamente uma divisão de responsabilidades com o Fundo, pois este tomava conta do lado econômico enquanto a UE estaria mais envolvida no lado político. Tal padrão, contudo, mudou rapidamente após as crises, quando a UE emergiu como um elemento crítico na coalizão pró-reforma na esfera econômica (Öniş e Bakir, 2005). As dificuldades na Turquia tornaram o potencial econômico da adesão à UE mais atraente, com o conseqüente aumento no apoio da opinião pública. Atores econômicos, estrangeiros e domésticos, reconheceram a importância da UE como uma âncora externa de longo prazo. O FMI não poderia cumprir tal papel, dada sua responsabilidade temporária de concluir processos de recuperação de crises. Os participantes do mercado, que eram os principais atores promovendo a reforma econômica também se tornaram apoiadores da condicionalidade da UE, primordialmente pelos benefícios econômicos.

Em 2003, o novo governo fez grandes esforços para melhorar o ambiente para os investimentos estrangeiros, eliminando obstáculos legais e institucionais por meio de nova legislação. Neste processo, o crescimento da economia turca vem ocorrendo de modo desigual: as regiões mais ricas e as classes mais educadas têm sido os principais beneficiários do processo de recuperação da economia turca, ao passo que os pobres das áreas rurais, em particular, têm sentido os efeitos negativos de cortes massivos nos subsídios para a agricultura, parte do processo de liberalização econômica imposto pelas reformas estruturais (Öniş e Bakir, 2005). Em outubro de 2004, a Comissão Européia anunciou que a Turquia havia preenchido com sucesso os critérios políticos de Copenhague e recomendou a

reabertura das negociações para adesão⁷. Não obstante, foram introduzidas grandes restrições: pela primeira vez o Conselho Europeu introduziu a possibilidade de exceções permanentes, não só no acesso a políticas estruturais e agrícolas, bem como à livre movimentação de pessoas (Lundgren, 2006). Tais restrições, que criariam a condição *sui generis* de um Estado-membro subalterno, devem ser consideradas à luz dos seguintes dados: a Turquia é um país populoso, agrário, pobre e muçulmano⁸. As negociações com a Turquia sobre sua adesão foram inauguradas em outubro de 2005, com o exame analítico da legislação da UE, o chamado *screening*. As pressões para se conformar a normas da UE e a normas globais especificadas por instituições multilaterais criaram grandes avenidas para a mudança no contexto turco, nos campos econômico e político.

3.3. Democracia e Direitos Humanos: a reforma política

A Turquia, desde os anos 1980, tem testemunhado a crescente importância da sociedade civil, a rápida disseminação de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e iniciativas cidadãs por toda a sociedade, além da transnacionalização de tais atividades (Keyman, 2005). Surgiu então uma nova vida associativa baseada em direitos e liberdades civis. Desde a década de 1980, Instituições Financeiras Internacionais, governos e agências doadoras têm enfatizado cada vez mais a importância da sociedade civil para a promoção e a consolidação da democracia. O FMI, o Banco Mundial, os EUA e a UE adicionaram a condicionalidade política a suas condicionalidades econômicas, com o argumento de que iriam garantir a transparência e prestação de contas dos Estados. Nas palavras de Aydin (2005):

“A alta estima colocada sobre a sociedade civil e ONGs por suas virtudes na promoção e consolidação da democracia, no empoderamento das pessoas contra o estado e em aumentar a participação política das pessoas, e o apoio financeiro dado

⁷ A Comissão Europeia tem como responsabilidade iniciar, administrar e fiscalizar a implementação das políticas e da legislação da UE.

⁸ Grande parte da polémica sobre a adesão da Turquia envolve discussões sobre a identidade e a cultura europeias. Nos pronunciamentos de atores da UE e governos de Estados membros, nas palavras de Lundgren, “nunca são feitas referências a uma herança cultural ou histórica comum, mas ao papel da Turquia como uma ponte entre a Europa e a Ásia” (Lundgren, 2006). A interdependência mútua é colocada somente em termos econômicos e estratégicos, sob a percepção de que o país representaria a diferença e a cultura islâmica. O caráter “europeu” da Turquia dever-se-ia somente aos laços com instituições europeias e à adoção de valores universais como a democracia e o respeito aos direitos humanos (Lundgren, 2006).

ao seu desenvolvimento, foram tão conducentes à proliferação de ONGs na Turquia como em outros países em desenvolvimento” (Aydin, 2005:55)

Sem embargo, o Estado turco tem sido extremamente seletivo ao permitir somente certos tipos de organizações da sociedade civil. Deste modo, a partir da segunda metade da década de 1980 e especialmente na década seguinte, a política baseada em temas começou a emergir – o número de ONGs temáticas tem desde então aumentado consideravelmente – enquanto a política ideologicamente orientada ou revolucionária perdeu sua força (associações com orientações ideológicas foram proibidas após o golpe de 1980). Some-se a isso a ascensão de novas dinâmicas políticas que envolveram a criação de novos movimentos sociais de mulheres, empresários, engenheiros e ambientalistas, curdos, Alevis, com uma nova forma de política de identidade (Adem, 2005; Aydin, 2005).

Embora a Turquia “não fosse suficientemente democrática”, violações massivas de direitos humanos só foram observadas depois de 1980, com o golpe militar (Çakmak, 2003:71)⁹. A maioria considerável esteve relacionada ao movimento separatista dos curdos, e ocorreu no período de 1984 – quando começou o terrorismo do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) – a 1999, quando este terminou oficialmente¹⁰. Durante o regime militar, promulgou-se a constituição nacional de 1982, vigente até hoje, que substituiu noções de democracia, direitos humanos e secularismo, presentes na carta anterior, por noções nacionalistas, assim como pôs os militares indiretamente envolvidos nos processos políticos.

À época, a Comunidade Européia – CE já adotara o respeito aos direitos humanos e à democracia como uma das bases de sua política externa¹¹. Depois de sérias reações da CE à intervenção militar de 1980 na Turquia, como a suspensão das relações, as autoridades turcas aceleraram o processo de democratização: eleições multipartidárias foram realizadas em 1983. Os progressos em termos de

⁹ O golpe de 1980 difere dos anteriores porque os militares ficaram no poder por mais tempo: três anos (Çakmak, 2003).

¹⁰ O PKK é um grupo separatista curdo, que luta pela autonomia do sudeste da Turquia. As atividades dos rebeldes curdos diminuíram nos anos 1990 sob pressão intensa das forças de segurança turcas. O líder Abdullah Ocalan foi capturado em 1999 e em seguida iniciou uma campanha por iniciativas de paz. Desde então, muitos curdos tentaram conseguir mais direitos através de vias políticas, mas o sucesso tem sido limitado.

democracia e direitos humanos foram estorvados pelos ataques armados do PKK contra as forças de segurança nacionais. No período de 15 anos marcado pelos ataques do PKK e pelas respostas das forças armadas, o terrorismo foi a maior prioridade na agenda política do país. Depois que o governo civil assumiu, a Comunidade Européia retomou as relações com a Turquia, mas o progresso das negociações foi lento. Isto se explica pela prioridade que uma série de governos nacionais deu à solução militar na tentativa de resolver o problema curdo. Apesar desses impasses, o governo de Turgut Ozal persistiu na candidatura do país a membro pleno da CE. Pouco antes, puderam ser percebidos avanços nas condições de direitos humanos: por exemplo, aos cidadãos turcos foi concedido o direito de petição individual perante a Corte Européia de Direitos Humanos. Apesar da rejeição da candidatura, o Estado continuou a promover reformas relativas a direitos humanos, demonstrando que o principal motivo era cumprir as condições necessárias à aproximação com o bloco europeu.

Em 1993, a União Européia adotou os critérios de Copenhague, impondo requisitos aos países-candidatos. A partir do mesmo ano, passou a doar 500.000 euros anualmente à Turquia para ‘ações direcionadas para defender e promover os direitos humanos e a sociedade civil’. A UE realiza a inspeção das condições de direitos humanos dos países-candidatos através de seus mecanismos próprios e também do sistema da Convenção Européia, vistos de forma complementar (Çakmak, 2003). Assim, a Turquia não pôde deixar de realizar melhorias na área, mas, por outro lado, insistiu em seus métodos ‘convencionais’ de eliminação do terrorismo. Até 1999, quando declarado extinto o terrorismo do PKK, o desempenho da Turquia em termos de direitos humanos não havia melhorado significativamente. Na década de 1990, após um período de substancial liberalização econômica, a sociedade civil turca havia obtido maior voz ativa e se tornado mais visível, freqüentemente demandando maior liberalização política. Organizações islâmicas e associações do empresariado tomaram a liderança em sua inserção na vida política do país. No período, as restrições sobre as organizações relacionadas a etnia e religião foram relaxadas, mas ainda há

¹¹ As questões relativas à democratização e aos direitos humanos começaram a ocupar espaço na agenda da CE nos anos 1980 – a nova entidade incorporava o caráter político ausente na CEE (Çakmak, 2003).

poderosa oposição a qualquer atividade da sociedade civil que possa desafiar a santidade da propriedade privada ou do sistema capitalista (Aydin, 2005).

Neste contexto, em que a sociedade civil estava mais ativada do que nunca, a porta da Europa se abriu para a Turquia em dezembro de 1999 (Helsinque). Viuse uma agitada atividade no país por parte da UE e de outras organizações externas com fins de democratização. Tanto a elite política turca quanto o setor das ONGs têm contato próximo com seus colegas em Bruxelas e em capitais dos Estados-membros (Kubicek, 2005). As principais pressões pró-UE se originaram de organizações da sociedade civil, notadamente de representantes da comunidade empresarial. Cumpre realçar que a sociedade civil tem sido percebida como uma das áreas e atores mais importantes não apenas do processo de democratização como também do processo de integração da Turquia à UE (Keyman, 2005). A meta comum de atingir os critérios da UE ajudou a unir elementos geralmente discrepantes da sociedade civil turca (liberais, seculares, Curdos, religiosos, Kemalistas). Grandes sindicatos continuaram fortemente nacionalistas e fora da coalizão pró-UE, temendo a perda de soberania (Öniş, 2003).

Os anos 1980 e especialmente 1990 teriam, por conseguinte, testemunhado uma crise de legitimidade do governo estadocêntrico da sociedade turca, crise que, na explicação de Aydin (2005), teve origem a partir de diversas mudanças. A primeira seria a inviabilidade da ideologia do nacional-desenvolvimentismo diante da emergência e consolidação do discurso neoliberal do livre mercado. A atuação econômica estatal passou a ser ditada pelo discurso neoliberal do Estado mínimo. Esta transformação também deu origem a reivindicações sociais por liberdades e direitos individuais, pela importância da democratização e dos impactos positivos da integração à UE.

A segunda transformação seria o colapso da visão orgânica de sociedade e o desenvolvimento concomitante de políticas de identidade/diferença. Neste contexto, o Islã ressurgiu como um forte ator político, econômico e cultural que mina a fundação secular da tradição do Estado forte, promovendo uma redefinição da identidade da Turquia, o que não se dá sem conflitos internos. Neste contexto, o Conselho de Segurança Nacional, em 28 de fevereiro de 1997, tomou uma decisão com 18 recomendações ao governo de Necmettin Erbakan, primeiro-ministro pró-islamista e líder do partido RP (*Refah* – Partido do Bem-Estar), que deveria tomar medidas para deter o percebido crescimento do Islamismo na

Turquia. As recomendações reafirmavam o secularismo, o amor à república, à nação e a Atatürk, bem como o ideal e objetivo de elevar a Turquia ao nível da civilização moderna. O governo viu-se então pressionado pela coalizão secularista – principalmente por líderes militares – a adotar tais orientações, que também foram implementadas por meio de legislação, decisões judiciais e de agências estatais semi-autônomas. Na esteira desse processo, deu-se o banimento de Erbakan e do *Refah*, julgado ilegal pela Corte Constitucional em janeiro de 1998. Isto não impediu, como veremos mais à frente, o crescimento do islamismo político. A questão curda, articulada como linguagem de diferença étnica e forma de violência étnica, contribuiu também para desafiar a visão orgânica da sociedade e sua premissa de unidade entre Estado e nação.

A terceira mudança seria o aumento estável no crescimento – principalmente quantitativo – de organizações da sociedade civil, e também nos apelos pela necessidade de democratizar as relações Estado-sociedade na Turquia desde a década de 1980. Organizações da sociedade civil vêm sendo extremamente importantes na introdução à sociedade da linguagem dos direitos e liberdades, do discurso do individualismo e da idéia de democracia participativa. Elas têm tentado ativar uma vida social independente do Estado; criticar o governo de cima para baixo; e promover uma cidadania ativa com ênfase nos direitos e liberdades, tanto em relação a apelos individuais como a demandas de grupos por autonomia e pluralismo (Aydin, 2005).

Deste modo, a expansão da sociedade civil na Turquia se deu nos marcos de um modelo de liberalização, desregulação, privatização e promoção de exportações. A burguesia turca em larga medida passou a compartilhar da visão neoliberal sobre o papel do Estado. Os elementos nacionalistas e estatistas também foram persuadidos, dados os problemas econômicos severos, a dependência de ajuda externa, e a expectativa de que a adesão à UE salvaria a Turquia de seus problemas econômicos e políticos. A linguagem pluralista do neoliberalismo também atraiu o apoio dos curdos e de vários organismos religiosos à nova agenda, pois prometia melhor padrão de vida e liberdade de expressão e associação. Em suma, no argumento de Aydin (2005), o fortalecimento da sociedade civil nos anos recentes se deve em larga medida à natureza cambiante da burguesia turca e às vicissitudes do novo modelo de acumulação de capital, que necessitava da abertura da economia e da sociedade.

Há que se enfatizar, contudo, que sem as imensas pressões da sociedade como um todo pela democracia em cada esfera da vida (demandas por liberdade de expressão, melhores salários, meio ambiente seguro, liberdades étnicas e religiosas etc.), o projeto de democracia da burguesia como parte da agenda neoliberal não teria atingido seus objetivos (Aydin, 2005).

O grande marco no processo de liberalização política foi mesmo a decisão de Helsinque; o novo status de Estado candidato teve conseqüências extraordinárias para a política doméstica turca: uma onda de reformas se iniciou entre 2000 e 2002, o que seria inimaginável poucos anos antes (Lundgren, 2006). Quanto às condicionalidades políticas, pode-se dizer que os requisitos da Parceria de Adesão de 2000 visam a uma ordem política mais liberal e pluralista, impondo padrões para a proteção de direitos fundamentais e a manutenção de um sistema democrático de governo. De 1999 em diante, “findo” o terrorismo do PKK, os níveis de violência e abusos de direitos humanos declinaram substancialmente, o que contribuiu para as melhorias promovidas pelo governo (Çakmak, 2003).

Após Helsinque, pode-se verificar a emergência de uma coalizão influente pró-UE compromissada com a realização das reformas políticas e econômicas necessárias a facilitar a aquisição do status de membro pleno. As associações da sociedade civil, em vez dos partidos políticos, têm sido os principais atores dessa nova coalizão. Um componente-chave da coalizão são os interesses do empresariado transnacional. O intenso processo de interação e pressão por reformas resultou ainda em realinhamentos na política doméstica. Antes de Helsinque (1999), nenhum partido político pressionava por reformas necessárias para satisfazer às condições da UE (Öniş, 2003). Depois, as reformas tiveram amplo apoio no nível das elites, com poucas exceções; mesmo os militares teriam aceitado a necessidade de realizá-las para conseguir entrar na UE (Kubicek, 2005).

Em novembro de 2002, o AKP (*Adalet ve Kalkınma Partisi* – Partido da Justiça e do Desenvolvimento), partido islâmico moderado, ganhou as eleições e formou um governo forte (de maioria) profundamente comprometido com a adesão à UE, disposto a acelerar o processo de reforma. Após as eleições, o governo pró-islamista AKP e a oposição republicana reconheceram “a crença inerente ao público turco de que as reformas da UE eram uma boa coisa para o país” (Avci, 2006:66). Assim, os islamistas políticos teriam redefinido suas idéias

sobre o Ocidente e a ocidentalização, tanto que, em seu programa de governo, o partido AKP afirmou considerar a Turquia parte do sistema de valores políticos da Europa (Avci, 2006). O AKP, sob o governo do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan, mostrou-se mais aberto à sociedade civil, buscando conciliar Islã e liberalismo.

Com as eleições, o estado de emergência no país foi completamente removido. De 2002 a 2004, nove grandes pacotes de reformas substanciais foram aprovadas pelo Parlamento, sob o novo governo AKP. As inovações legislativas incluíam questões como a prevenção da tortura; o reforço da liberdade de expressão de imprensa e de associação; a expansão do escopo de segundos julgamentos com base nas decisões proferidas pela Corte Européia de Direitos Humanos; a abolição da pena de morte em tempos de paz; o fim de penalidades por críticas a instituições estatais, inclusive militares; o relaxamento das restrições a manifestações e associações; a suspensão de restrições à liberdade de associação (as associações poderiam daí em diante ter atividades internacionais na busca de seus objetivos institucionais); e a igualdade legal entre homens e mulheres, afirmada pela primeira vez. Um terço da constituição foi emendada, porém algumas falhas foram apontadas pelas instituições européias, principalmente no plano da implementação. Profundas mudanças no código penal, em setembro de 2004, alinhadas às normas européias, trouxeram, entre outras, a determinação de que poluir o meio ambiente passava a ser crime punível com prisão (Avci, 2006).

Os anos 2000, posteriores à decisão de Helsinque, são marcados pela maior aproximação entre grupos da sociedade civil turca e a UE. Muitas proeminentes associações empresariais, acadêmicas e de direitos humanos lançaram vários projetos com parceiros da UE, fizeram *lobby* em Bruxelas pela adesão turca e pressionaram o governo da Turquia a adotar várias reformas. Houve um esforço real pela UE para engajar ONGs no processo de reforma política doméstica. Convém ainda mencionar a influência da UE na aprovação da Lei de Associações de 2004, mais liberal, que, entre outras coisas, reduz a possibilidade de interferência estatal nas atividades das ONGs, permite que elas trabalhem com organizações mais abertamente políticas, além de remover restrições aos contatos com ONGs estrangeiras. Neste sentido, as ONGs turcas foram um “objeto” (não somente um ator) no processo de reforma (Kubicek, 2005).

A ascensão do AKP, pró-UE, certamente criou uma constelação doméstica de forças mais conducente à reforma. O *timing* e o conteúdo das reformas revelam o poder da UE como um ativador – os cálculos dos tomadores de decisão turcos mudaram dramaticamente. Cada progresso substancial da Turquia coincidiu com a véspera de uma ocasião especial na qual a UE tomaria decisões sobre o processo de alargamento e avaliaria as performances dos futuros países membros (Çakmak, 2003). Kubicek alerta que “não estamos testemunhando uma revolução *grassroots*” (Kubicek, 2005:373). Depois de Helsinque (1999), a dinâmica política e social mudou em benefício de grupos da sociedade civil pró-reformas, cuja agenda passou a ter muito mais sucesso. Isto não significa dizer que a sociedade civil turca foi irrelevante. Atores externos e internos formaram uma aliança para pressionar o governo a realizar mudanças liberais e democráticas.

3.4. Política ambiental

Conforme mencionado inicialmente, o projeto nacional da Turquia foi calcado nos imperativos de modernização e europeização. Desde a década de 1950, a economia basicamente agrária da Turquia tem sido substancialmente transformada em direção a uma economia industrial. A estrutura industrial orientada para o mercado interno foi promovida sob o nacional-desenvolvimentismo das décadas de 1960 e 1970. Ocorre que o Estado, com suas prioridades de acumulação, não tem sido muito efetivo em suas tentativas de balancear o desenvolvimento econômico com as questões ambientais. O uso intensivo da terra para agricultura foi ativamente encorajado pelo Estado para satisfazer às necessidades da indústria e do capital internacional (Aydin, 2005).

Embora, nas duas últimas décadas, a indústria e os serviços se tenham tornado os setores na dianteira da economia, o país se tornou altamente dependente da exportação de produtos agrícolas e de outros produtos primários. Desde os anos 1950, o Estado incentiva a modernização do setor agrícola; o uso impróprio da tecnologia agrícola foi estimulado por programas de desenvolvimento financiados pelo governo e por agências de desenvolvimento como o Banco Mundial. O uso intensivo de fertilizantes e pesticidas artificiais não foi acompanhado de aumento paralelo na produtividade, mas teve como resultado

a poluição ambiental e a falta de segurança alimentar almejada: relativamente auto-suficiente nos anos 1950 e 1960, a Turquia passou a importador de peso de produtos agrícolas devido a seu fracasso em cuidar do meio ambiente.

Essa política de desenvolvimento econômico teve impactos sobre a geografia e as populações humanas. A intensificação agrícola significou o abandono de padrões tradicionais de agricultura em favor da monocultura. Na ausência de reformas de redistribuição de terras no sudeste e leste, um grande número de ex-arrendatários e meeiros foi deslocado. A decrescente base de fontes potenciais de sobrevivência – em decorrência da fragmentação da terra, da construção de barragens e da perda de recursos comunais, como áreas de pastoreio e florestas – forçou os sem-terra e pobres a super-explorar áreas marginais, causando desertificação e erosão do solo. Ademais, a perda de meios de vida rurais foi responsável pela enorme migração rural-urbana que tem contribuído para problemas de moradia e urbanização disfuncional (Aydin, 2005).

O período anterior à década de 1980 pode ser retratado como um estágio embrionário do ativismo ambiental na Turquia, no qual a identificação de problemas e o despertar da consciência ambiental estavam no centro. Nos primeiros anos da república, dominada pelo partido único (1923-46), a formação de associações de embelezamento e grandes questões de saúde e sanitárias dominavam a agenda política relacionada ao meio ambiente. Com a relativa liberalização política em 1946, o número de associações de embelezamento das cidades aumentou, mas a efetividade era limitada e a participação, diminuta. Nos anos 1950, os problemas ambientais decorrentes da industrialização e da rápida urbanização suscitaram respostas da sociedade, especialmente quanto à qualidade da água, do ar e do solo. Na linha de tendências internacionais, os anos 1970 viram uma mudança qualitativa no ativismo ambiental na Turquia: o surgimento de organizações com maior sofisticação institucional e ambição nacional. As organizações ambientalistas do período pré-1980 eram organismos voluntários cujos membros eram especializados em suas profissões e geralmente se localizavam nas duas maiores cidades do país, Istambul e Ankara (Adem, 2005).

O retorno à governança democrática após 1983 marca um ponto de inflexão no desenvolvimento de uma sociedade civil ambientalista na Turquia. Houve um gradual aumento no número de organizações ambientalistas a partir da segunda metade dos 1980, que evitaram a super-politização e a polarização ideológica,

adaptando-se ao ativismo baseado em temas. A mudança fundou-se na transformação das organizações, que passaram de organizações florestais e de embelezamento a organizações conservacionistas e, depois, a organizações profissionais altamente qualificadas. A questão da energia e as indústrias extrativas forneceram muitas das oportunidades políticas necessárias ao desenvolvimento do ativismo ambiental, que tem tido consistentemente um forte elemento de ação direta por grupos de cidadãos. O período pós-1980 pode ser analisado, na classificação de Adem (2005) em quatro fases: a organização e a construção institucional; os movimentos sociais; a profissionalização e a institucionalização; a internacionalização e o trabalho baseado em projetos. As quatro fases diferenciadas caracterizam as tendências dominantes no período, e a existência de múltiplas dimensões em cada estágio é perfeitamente possível.

A fase de organização e de construção institucional coincide com o período que se segue ao golpe militar de 1980 e se beneficia das táticas organizacionais e estratégias anteriores ao evento. Um novo desdobramento é o nascimento de novos movimentos sociais. O Partido Verde da Turquia, inspirado nos da Europa Ocidental, surgiu em 1988 e continuou pequeno até seu fim, seis anos depois. Sua breve existência encorajou atividades de resistência ambiental como os movimentos contra a usina nuclear de Akkuyu e a termelétrica de Aliğa. Destarte, uma nova geração de organizações ambientais se formou nos anos 1990, se beneficiando das experiências do PV.

Igualmente, houve a formação de organizações informais e abertas, e iniciativas de cidadãos como o *Izmir Environmental Lawyers Group*. O grupo de advogados ambientalistas de Izmir ainda é ativo; forneceu suporte legal e desempenhou papéis de liderança fundamentais em diversos movimentos marcantes como as resistências à termelétrica de Yatağan, à usina nuclear de Akkuyu, à mina de ouro de Bergama e a um grande *shopping center* em Izmir. Outro desdobramento significativo foi o crescimento de movimentos conservacionistas, bem-sucedidos em campanhas pela proteção da vida silvestre. No mesmo período, foram lançadas as bases institucionais e legislativas da proteção ambiental. A constituição de 1982 trouxe vários artigos com deveres e obrigações ambientais para os cidadãos e o Estado, bem como direitos ambientais.

A segunda fase pode ser caracterizada como a dos movimentos sociais: sobrepondo-se em certa medida à fase anterior, os movimentos ambientalistas do

período que se destacam são aqueles relativos a diversas termelétricas e os movimentos mais prolongados contra a usina nuclear de Akkuyu e a mina de ouro de Bergama. Dois grandes temas dominam os movimentos do período: conflitos relativos ao uso localmente indesejado da terra, inclusive disputas gerais sobre planejamento urbano; e questões relacionadas à energia. Os debates sobre energia ajudaram a politizar os movimentos ambientalistas, que se afastaram da abordagem apolítica e conservacionista que era conveniente nos anos 1970 e no início dos 1980. Isto teve o benefício de atrair, para movimentos ambientalistas, indivíduos politicamente ativos e conscientes, bem como organizações sem prévia expertise ambiental (sindicais, profissionais e câmaras)¹².

Os referendos indicam uma característica central do ativismo ambiental no período, ao lado da vibração e da criatividade, que é a crença na democracia de base participativa. Porém, a maior evolução da época foi o uso extensivo do sistema legal. A virada legal se deveu ao desejo dos ativistas de responsabilizar o Estado frente a sua moldura regulatória, e também à disposição favorável do Conselho de Estado em relação ao ativismo verde – este superior tribunal administrativo, em resposta a apelos de comunidades locais e organizações ambientalistas, julgou ilegais ou inaceitáveis quase todos os projetos liderados ou apoiados pelo governo de usinas de energia e de mineração de ouro. Assim, os movimentos ambientalistas representaram uma fase vibrante e dinâmica na qual diversos atores, desde conservacionistas a ecologistas radicais, introduziram a política ambiental no *mainstream*. Em especial, tiveram sucesso em ligar a política ambiental aos debates gerais sobre democratização, transparência no processo de tomada de decisão e direito de acesso à informação (Adem, 2005). Um movimento central dessa era é o de Bergama, reunindo tais questões.

Movimentos como os de Bergama e Akkuyu representam uma crescente conscientização de atores locais sobre os impactos sociais e ambientais de políticas econômicas orientadas para o crescimento. As demandas locais por mudanças na atitude do Estado em relação ao meio ambiente são geralmente mal-sucedidas, na medida em que tendem a ser paroquiais e ter apoio limitado do grande público; ao mesmo tempo, elas são significativas ao mostrar que as

¹² A plataforma anti-nuclear formada em 1993 era composta por sindicatos, organizações profissionais e outras ONGs nacionais e locais. Ela cooperava com outros movimentos sociais e ambientalistas como a resistência de Bergama.

comunidades estão desafiando a legitimidade do Estado, assim como a implacável expansão do capitalismo (Aydin, 2005). O movimento ambientalista das comunidades não tem sido amplo, se considerarmos a extensão da invasão do Estado sobre recursos ambientais locais. A longa história de opressão estatal e o não-desenvolvimento de uma cultura da sociedade civil seriam amplamente responsáveis por esta apatia por parte das comunidades locais à idéia de reagir em massa a políticas econômicas ambientalmente nocivas (Aydin, 2005).

A terceira fase é marcada pela profissionalização aliada à institucionalização. Especialmente a partir da segunda metade dos anos 1990, surgiram organizações profissionais com pessoal altamente especializado, suporte de comunicação, captação de recursos e atividades de pesquisa. Diferentemente do ativismo direto e de base da fase anterior, o quadro é profissional, e o foco é colher, armazenar e disseminar informação. Dá-se ainda o estabelecimento de organizações de proteção ambiental por parte do setor industrial, além do surgimento de um ‘setor ambiental’ no governo e na academia¹³. A Conferência HABITAT II da ONU, em 1996, em Istambul, permitiu a criação de redes entre ONGs ambientalistas turcas e organizações similares nacionais e internacionais.

Por fim, a quarta fase é caracterizada pela internacionalização e pelo trabalho baseado em projetos. A Conferência HABITAT II também foi um momento decisivo para a transnacionalização do movimento ambientalista turco, pois ONGs com conexões globais recentes começaram a conduzir projetos regionais financiados internacionalmente. O ambientalismo do período enfoca principalmente relações baseadas em projetos com organizações internacionais, o que reflete as tendências de globalização e a crescente necessidade de financiamento. Abordagens baseadas em projetos e baseadas em movimentos não são mutuamente excludentes – uma ONG ambiental pode se engajar em ambas atividades. Deste modo, enquanto o período que se inicia na segunda metade dos anos 1990 viu um aumento no trabalho baseado em projetos, o ambientalismo de base característico de fases anteriores também persistiu. A fase mais recente testemunhou o desenvolvimento de forças políticas previamente desconhecidas: o ambientalismo islâmico e o ativismo transnacional (Adem, 2005).

¹³ Foram criados o Ministério do Meio Ambiente (1991) e diversos centros de pesquisa.

Concomitantemente, note-se o aprofundamento da “europeização” da política ambiental da Turquia. Desde a decisão nº 1/95 do Conselho de Associação, de 1995, implementando a fase final da União Aduaneira, a Turquia tem feito esforços contínuos para harmonizar sua legislação com a legislação comunitária, comumente referida como “*acquis communautaire*” da UE. De modo geral, a Parceria de Adesão (adotada em 2001 e revisada em maio de 2003) indica áreas de prioridade para as preparações para o ingresso na UE, entre as quais está o meio ambiente. Por conseguinte, a legislação ambiental turca está em forte relação com a política ambiental da UE (Izci, 2005). Para exemplificar, uma das prioridades de curto prazo sob o capítulo do meio ambiente era transpor a diretiva sobre o estudo de impacto ambiental (EIA). Na Turquia, o EIA foi inserido na legislação em 1993, com base nos procedimentos dos EUA e da UE; entretanto, mudanças foram inevitáveis para alinhá-lo com a diretiva da UE sobre EIA.

A UE tem atuado para estabelecer sua estratégia de desenvolvimento sustentável especialmente desde os anos 1990. Embora a proteção ambiental não fosse inicialmente um dos objetivos da integração europeia, hoje o desenvolvimento sustentável constitui o componente essencial de quase todas as políticas europeias – seja na retórica ou na prática – e a UE assume o papel de líder na maioria das questões ambientais globais. Além disso, a dimensão externa da estratégia inclui dois níveis de influência: uma Europa alargada e um domínio global. A política ambiental da UE tem grande influência sobre a Turquia tanto como resultado da Parceria para Adesão como parte de suas iniciativas de cooperação global para lidar com desafios ambientais globais (Izci, 2005). Na virada do século, o país havia incorporado as preocupações ambientais da UE em sua estrutura legal em larga medida na qualidade de Estado não-membro (Izci, 2005). A Turquia tornou-se um membro da Agência Europeia do Meio Ambiente (*European Environment Agency*) em 2003 e integrou a Rede Europeia de Informação e Observação (*European Information and Observation Network*). Se aceita na UE, seria o Estado com a flora mais rica do bloco (Izci, 2005). Para além das mudanças legais, têm aumentado as oportunidades para ONGs ambientais afetarem governos nacionais dos estados membros e candidatos.

Neste quadro, convém atentar para os resultados políticos do ativismo ambiental, revisando o desfecho dos movimentos de maior expressão. O movimento contra a termelétrica Gökova foi mal-sucedido no sentido de que a

operação da usina não pôde ser impedida; mas conseguiu atrair significativa atenção pública e assegurar melhoramentos tecnológicos para reduzir os impactos negativos. A campanha contra a usina de Yatağan teve fim semelhante, e os moradores continuam a experimentar os impactos negativos. Enquanto a coalizão anti-nuclear pareceu vitoriosa logo após o cancelamento dos planos para a usina nuclear de Akkuyu em 2000, parece que o debate nuclear deve ser reavivado no futuro próximo. O bloqueio da construção da termelétrica de Aliğa e a declaração das áreas de proteção ambiental de Dalyan e İstusu são histórias de sucesso. Sobretudo, a história de maior sucesso é a resistência de Bergama, considerada um divisor de águas na política ambiental da Turquia (Adem, 2005).

Em que pesem tais elevações episódicas na participação e na força organizacional, o maior fracasso do ativismo ambiental na Turquia é que não foi possível um movimento nacional suficientemente coerente, capaz de ação robusta e sustentada (Adem, 2005). Conseqüentemente, o número de organizações ativas e seus níveis de afiliação permanecem baixos¹⁴, limitando sua efetividade geral na arena política, especialmente contra interesses econômicos concentrados. Conquanto mal-sucedido em termos de participação em massa, o ritmo e a qualidade de desenvolvimento do ativismo ambiental acompanham o restante da sociedade civil (Adem, 2005).

Duas décadas atrás, as questões ambientais mal estavam na agenda estatal. Contudo, o rápido avanço de problemas ambientais e as crescentes pressões internacionais forçaram o Estado a promulgar legislação de proteção e introduzir mudanças institucionais, com o suporte de organizações internacionais. A implementação tem sido extremamente ineficaz, devido à fraqueza institucional das agências ambientais (falta de fundos e de pessoal treinado); à influência política das classes dominantes; e também à continuada atitude do Estado (Aydin, 2005). As questões ambientais não têm sido examinadas criticamente em sua relação com o processo de desenvolvimento. As reações à degradação ambiental somente emergem quando há um problema grave que tem um impacto imediato de ameaça à vida. Por outro lado, as conseqüências de longo prazo de políticas de desenvolvimento são simplesmente ignoradas ou recebem pouca atenção. A

¹⁴ Os dados de 2004 sugerem que a Turquia tem um número relativamente baixo de membros em organizações ambientalistas; e as organizações relacionadas ao meio ambiente compõem apenas 2 por cento das associações no país (Adem, 2005).

conexão entre questões ambientais e desenvolvimento só passou a ser feita, tanto por ONGs quanto pelo Estado, a partir dos anos 1990, sob influência de preocupações internacionais com o ‘desenvolvimento sustentável’ (Aydin, 2005).

A natureza do uso local dos recursos é em larga medida moldada pelas formas pelas quais cada nação está integrada à economia global. As pressões do crescimento econômico inevitavelmente levam à degradação ambiental na Turquia, e os chamados Tigres de Anatólia e as inúmeras pequenas e médias empresas que produzem para mercados locais como sub-contratantes de empresas transnacionais são os maiores culpados pela poluição ambiental na Turquia (OECD, 2000:250 *Apud.* Aydin, 2005). Destarte, emergiu a convicção, entre ambientalistas turcos, de que os problemas ambientais não podem ser adequadamente enfrentados pelo Estado. Eles veriam os problemas ambientais como globais; a serem, portanto, enfrentados simultaneamente nas esferas local, nacional e internacional – visão compartilhada por ambientalistas transnacionais (Aydin, 2005). Todavia, as recentes tentativas de formar redes de ativismo transnacional, apesar de alguns sucessos parciais, estão longe de ser poderosas o suficiente para garantir mudanças nas políticas estatais (Aydin, 2005).

Como no caso de Bergama, o empoderamento local tem um grande papel na resistência a forças nacionais, transnacionais e internacionais envolvidas na utilização ambientalmente danosa de recursos. É forçoso reconhecer, então, uma contradição entre as demandas das Instituições Financeiras Internacionais em nome do continuado crescimento econômico e da liberalização econômica, de um lado; e as condicionalidades políticas centradas na democratização, na descentralização e na consideração das demandas da sociedade, de outro. Aceitar as demandas de ambientalistas locais e transnacionais significaria colocar em risco o “deificado” crescimento econômico. A retórica do empoderamento local utilizada pelas IFIs contrasta com o perigo que uma maior democratização ofereceria aos interesses de empresas transnacionais e locais (Aydin, 2005).

Deste modo, nas duas últimas décadas, as políticas estatais referentes a questões ambientais não mudaram de forma significativa, a despeito da proliferação de organizações da sociedade civil. A abordagem da política ambiental tem se fundado em uma relação de comando e controle. Relativamente a questões ambientais, o Estado tem sido bastante tolerante desde que o ativismo não se concentre em assuntos que possam prejudicar as prioridades da

acumulação. A Turquia assinou diversos acordos internacionais sobre a proteção ambiental e incorporou-a em programas de desenvolvimento, mas simplesmente tem feito “vista grossa” a atividades industriais e agrícolas nocivas, ou tem mesmo planejado algumas delas (Aydin, 2005). As atividades de ONGs que se focam na vida silvestre são toleradas, mas quando as atividades relacionam questões ambientais às políticas gerais de desenvolvimento, o Estado simplesmente as ignora ou usa forças físicas e legais para impedi-las. Logo, a atitude do Estado em relação à sociedade civil tem sido contraditória e inconsistente (Aydin, 2005).

De fato, o ingresso da Turquia na UE vem sendo tratado como uma questão de desenvolvimento socioeconômico e um *slogan* para a modernização, enquanto as considerações ambientais têm sido relegadas. Desta forma, alinhamentos com a legislação ambiental da UE parecem um assunto técnico e no máximo uma preocupação institucional, o que deixa de lado outros elementos importantes de mudança doméstica. Muito provavelmente, a Turquia se encontrará no dilema clássico meio ambiente *versus* desenvolvimento, particularmente aquele experimentado pelos Estados-membros do Sul da Europa (Izci, 2005)¹⁵. A futura adesão à UE é o principal motivo para mudanças institucionais e legais na política ambiental turca, afetando ainda a opinião pública e atores não-estatais. Entretanto, as atitudes estão mudando em ritmo mais lento se comparadas às mudanças institucionais e legais. No plano da implementação, pouco foi alcançado.

3.5. Conclusão

O capítulo expôs o contexto turco, tendo em vista as mudanças ocorridas com a adoção de políticas neoliberais a partir dos anos 1980, bem como as reformas incentivadas pela União Européia nos campos da economia, da democratização, dos direitos humanos e da proteção ambiental. Convém fazer a ressalva de que o processo de adesão à UE encontra sérias dificuldades, pois há

¹⁵Os recém-integrados têm experimentado dificuldades em alinhar seus regimes ambientais aos da UE, e em retorno a UE tem enfrentado desafios na acomodação destas tensões. A relação antagônica entre meio ambiente e desenvolvimento econômico é questão especialmente premente no que diz respeito à adesão de países do Sul. Eles eram os menos industrializados quando comparados aos fundadores da Comunidade Européia, e alcançar o nível de desenvolvimento do Norte tornou-se uma prioridade. Depois da adesão, eles experimentaram, em curto prazo, fortes pressões ambientais devido ao acelerado crescimento econômico. Tradicionalmente, no quadro da política ambiental da UE, Espanha, Portugal e Grécia são tachados de “atrasados” (Izci, 2005).

fortes receios por parte da população da UE e também da Turquia, de maneira que a aceitação à entrada do Estado no bloco tem declinado.

Com o acirramento dos debates sobre a possível implementação de um Estado fundamentalista islâmico pelo partido governante (AKP), muitas forças seculares temem a maior liberalização política exigida pela UE, que significaria mais liberdades religiosas e étnicas. Os movimentos curdos também voltaram a eclodir, de modo que os secularistas temem o separatismo e a desintegração territorial. Por outro lado, na Europa, teme-se uma maior comunidade muçulmana no bloco, ao lado da possibilidade de um Estado fundamentalista islâmico. O sentimento anti-UE aumenta na Turquia diante da frustração com os processos de negociação, pois parece arriscado pôr em jogo a soberania e o secularismo com maiores liberdades políticas enquanto os europeus ainda se mostram cautelosos – por exemplo, alguns líderes europeus expressam posições discriminatórias, com base em questões culturais e religiosas¹⁶. Feita esta contextualização, passa-se, a seguir, ao exame do conflito ecológico distributivo ocorrido em Bergama, com a caracterização do movimento social daí surgido.

¹⁶ Conforme a palestra “Turkish Membership to the European Union: Do We Still Have Patience?”, de Yaprak Gursoy, Sabanci University, em 23 de junho de 2008, na PUC-Rio.